

A VIDA NUA NA LITERATURA DE DALCÍDIO JURANDIR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS CAMPOS DA AMAZÔNIA E OS CAMPOS DE AUSCHWITZ

Viviane Dantas Moraes¹

RESUMO: O presente trabalho visa estabelecer uma discussão em nível comparativo sobre a ideia de campo, a partir da concepção desse conceito sobre o prisma de “nómos do moderno”, tal qual pensado por Giorgio Agamben ao refletir sobre os espaços de violência da contemporaneidade no eixo dos conceitos sobre o estado de Exceção e da vida nua, inspirados pelo pensamento de Walter Benjamin. Dentro da proposta, contemplaremos narrativas literárias de diferentes gêneros, os testemunhos do sobrevivente da Shoah, o judeu italiano Primo Levi e as narrativas de Dalcídio Jurandir, escritor paraense que retratou em suas dez obras, o chamado Ciclo do Extremo Norte, uma Amazônia em decadência e dismantelo, repleta de problemas socioeconômicos e culturais que resvalam para a constituição de uma espécie de campo, onde sobreviver torna-se imperativo.

Palavras-chave: Campo. Amazônia. Vida nua. Dalcídio Jurandir. Primo Levi

THE LIFE IN THE LITERATURE OF DALCÍDIO JURANDIR: A REFLECTION ON THE FIELDS OF THE AMAZON AND THE FIELDS OF AUSCHWITZ

ABSTRACT: The present work aims to establish a comparative level discussion about the field idea, starting from the conception of this concept on the prism of "modern", as thought by Giorgio Agamben when reflecting on the spaces of violence of the contemporary in the axis of the concepts about the state of Exception and bare life, inspired by the thought of Walter Benjamin. Within the proposal we will contemplate literary narratives of different genres, the testimonies of the survivor of the Shoah, the Italian Jew Primo Levi and the narratives of Dalcídio Jurandir, a writer from Pará who portrayed in his ten works, the so-called Extreme North Cycle, a decaying Amazon and dismantle, full of socioeconomic and cultural problems that slip into the constitution of a kind of field, where surviving becomes imperative.

Keywords: Field. Amazon. Bare life. Dalcídio Jurandir. Primo Levi

¹Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará. Membro do grupo de pesquisa Narrares - Estudos de Narrativas de Resistência (Cnpq). Universidade Federal do Pará. Belém. Pará. Brasil. E-mail: viviane.danttas@gmail.com

A VIDA NUA NA LITERATURA DE DALCÍDIO JURANDIR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS CAMPOS DA AMAZÔNIA E OS CAMPOS DE AUSCHWITZ

Do ponto de vista espacial, político e factualmente histórico, a proposta em se comparar a Amazônia aos campos de concentração de Auschwitz, pode se mostrar uma ideia apeladora e radical. Arriscaríamos dizer que a analogia tende a ser evitada pelas semelhanças aterradoras às quais podemos nos deparar. Para entender a *vida nua* é preciso que pensemos no lugar onde ela se produz e compreender, acima de tudo, que o desnudamento perpassa pelo flagelo do corpo simbolizando um problema mais complexo: independente das mais variadas formas de violência, nos deparamos com o absurdo da condição e da fragilidade da existência do ser humano que resiste a duras penas, contra a opressão do poder. Portanto, o diálogo proposto se revela possível na medida em que consideramos as condições pelas quais ambos os espaços estão, com frequência, demarcando fundamental importância na História, na memória, no imaginário e nas narrativas literárias, como “campos” de extermínio do humano, da cultura, da exploração e da espoliação da vida.

Dalcídio Jurandir (1909-1979) foi um escritor paraense, nascido na Ilha do Marajó, na região amazônica. Atuou também como jornalista e colaborou para vários jornais na capital Belém. Em 1941, após o lançamento do seu primeiro livro, intitulado *Chove nos Campos de Cachoeira*, mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, onde exerceu sua profícua produção intelectual, que resultou no conjunto de dez livros intitulado “Ciclo do Extremo Norte”, que conta a trajetória de um mesmo personagem, Alfredo, que vivencia as injustiças sociais, econômicas e políticas na Amazônia. O escritor foi comunista militante, e na década de 1930, no auge do Estado Novo, foi preso duas vezes por atuar nas frentes de resistência ao então governador do Pará, Magalhães Barata. Há, inclusive, uma obra chamada *Linha do Parque*, que o autor criou sob pedido do partido comunista do Rio Grande do Sul, com o objetivo de retratar o drama do operariado naquela região. Logo, Dalcídio Jurandir demonstra na sua produção literária uma profunda inquietação com os dramas humanos e existenciais que se refletem não só a partir do seu lugar de enunciação que é a Amazônia, mas que se alastra para a construção de uma

reflexão sobre os problemas relacionados ao povo brasileiro, à política, à ideia de democracia, ao progresso.

Ao constatar a possibilidade do campo como o *nómos* do moderno, Agamben nos conduz ao seguinte impacto conceitual:

[...] se a essência do campo consiste na materialização do estado de Exceção e na conseqüente criação de um espaço em que a *vida nua* e a norma entram em um limiar de indistinção, devemos admitir, então, que nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independentemente da natureza dos crimes que aí são cometidos e qualquer que seja a sua denominação ou topografia específica (AGAMBEN, 2010, p. 169-170).

Desta forma, o pensamento de Agamben nos provoca a não só perceber, como também admitir a existência da *vida nua* em vários campos da Exceção do nosso cotidiano. Percebe-se na análise do filósofo italiano um aspecto interessante: a ideia de campo, para ele, se constitui de modo atemporal e aterritorial. Ou seja, onde quer que haja *vida nua*, há um provável “campo” de matabilidade e o inverso também procede. Isso se deve a uma questão importante a ser esclarecida, a que o pensamento agambeniano e sua proposta para um novo pensamento sobre o estado de Exceção surgem com objetivo de uma crítica ferrenha ao Estado de direito e às fragilidades democráticas explícitas nas políticas ocidentais, que colocam frequentemente em risco a vida do corpo cidadão.

Temos, portanto, dois espaços selecionados para refletirmos sobre o possível paralelo existente entre eles, vinculado à ideia de campo, que se explica, primeiramente, pela escolha do *corpus* literário desse trabalho. Sobre Auschwitz, temos a experiência testemunhal traumática do sobrevivente judeu italiano, Primo Levi (1919-1987), aos campos de concentração nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial e, em paralelo, o escritor Dalcídio Jurandir. Os dois escritores constroem, em diferentes gêneros literários, narrativas que convergem vários pontos em comum envolvendo seu impulso criativo: a indignação frente às injustiças, o questionamento sobre a importância da vida, oprimida pelo descalabro do poder, e a necessidade de descrever e denunciar as angústias e os anseios de uma sociedade que sofre da decadência social, moral e, sobretudo, humana.

A inquietação com o futuro, o assombro da incerteza e a constante preocupação com a sobrevivência permeiam esses espaços agredidos e violados

avidamente, colocando em risco sua memória, sua história e sua cultura, pois o extermínio da raça humana culmina, conseqüentemente, no desaparecimento desses elementos de honra de um povo. De alguma forma, em diferentes aspectos, o projeto literário de ambos os autores, tem sua veia testemunhal, mas, sobretudo, exala a importância de narrar a questão da sobrevivência de si e da sua cultura.

Se por um lado, na condição de sobrevivente, Primo Levi ressalta o valor do seu testemunho enquanto verdade e registro incontestado da capacidade destrutiva do ser humano em causar dor, do outro, temos Dalcídio que não menos se isenta de contar a dor da fome, da morte, da destruição, do isolamento, da desilusão e da solidão, no entremeio de uma narrativa que explora com acuidade a faceta social e introspectiva de um povo, sua linguagem, seus costumes, seu pensamento sobre a vida e os questionamentos pouco esperançosos sobre o futuro.

O romancista marajoara, a propósito, não nega os intuítos políticos de seus escritos, o que não subjuga sua qualidade literária, mas é um caráter que não pode ser ignorado pelo pesquisador que busca engrandecer sua obra, visto que tal fator facilita sua compreensão no processo de empatia com a reflexão sobre a condição humana nas dificuldades da vida amazônica, como espelho da difícil imagem de esfacelamento social da sociedade brasileira como um todo. Sobre uma das facetas do conjunto de sua obra, Dalcídio confessa, esclarecendo que sua visão como romancista é de que a realidade social é feita de lutas:

Os meus livros ficariam como instrumento de nostalgia, o registro de uma cultura que está sendo destruída pela invasão da Amazônia. Uma espécie de destruição sistemática dos costumes, sem fixar o progresso, sem dar benefícios às populações. O quadro cultural está mudando. Mas o quadro de exploração e de pobreza persiste. A situação social e humana vai para pior. Existe o progresso técnico, mas para destruir, para manter a exploração².

A obra de Dalcídio não aponta para um possível acontecimento ruim ou supõe uma realidade futura desastrosa. Na verdade, ele já nos apresenta uma narrativa construída de forma dialética, no sentido de se constituir, desde o romance de estreia, pautada em uma estética do grotesco, da ruína, ou seja, não se trata mais de possibilidades, pois a angústia do vazio já salta paulatinamente no decorrer dos

² Trecho de entrevista concedida ao escritor Haroldo Maranhão, em 1976.

acontecimentos narrados. Destacamos, deste modo, um aspecto interessante em se tratando da comparação proposta sobre a ideia de campo. O primeiro livro do autor chama-se “Chove nos Campos de Cachoeira” (1941) e o capítulo de abertura, intitulado “A noite vem dos campos queimados”, inicia-se com o personagem Alfredo em suas perambulações evasivas por esses campos desnudos. Ressalta-se que não é intenção afirmar que o autor usou a palavra “campo” para fazer referência direta aos campos de concentração nazistas da Segunda Guerra Mundial, até porque a primeira escrita de tal obra, antes do conflito, consta da data de 1929, embora não publicada na época. No entanto, a imagem que Dalcídio demonstra dos campos da vila de Cachoeira do Arari, município da Ilha do Marajó, ora queimados, ora alagados e, nesse interlúdio, a crise da existência humana, nos remonta a pensar que tal elemento protagoniza-se no romance de forma peculiar e representativa da devastação, do vazio e da imensa solidão:

Voltara muito cansado. Os campos os levaram para longe, com o caroço de tucumã na mão escolhido entre muitos no tanque embaixo do chalé. Voltava já bem tarde. A tarde sem chuva em Cachoeira lhe dava um desejo de se embrulhar na rede e ficar sossegado como quem está feliz por esperar a morte. Os campos não voltavam com ele nem as nuvens nem os passarinhos, e os desejos de Alfredo caíam pelo capim como borboletas mortas. Mais para longe já era o queimado, a terra preta do fogo, os gaviões caçavam no ar os aritauás tontos. E a tarde diluída num sossego humilde sobre os campos queimados como se os consolasse. Indagava porque os campos de cachoeira não eram cheios de flores, como aqueles de uma fotografia de revista que seu pai guardava (JURANDIR, 2011, p. 15).

Os campos queimados que se apresentam com especial destaque, no trecho acima, nos trazem a impressão de uma terra destruída, onde o personagem busca um sentido para vida. “Por que os campos não eram cheios de flores?”. O questionamento de Alfredo nos remete a uma imagem ainda mais desoladora que nos faz desvendar, no decorrer do romance, que tais inquietações não têm a ver com a natureza em si, mas com o futuro da humanidade espelhada na vida amazônica e na irresponsabilidade do homem frente a seus interesses políticos e econômicos que, aos poucos, assolam a região e a esperança daquele povo guardador de ruínas e protagonista de seu próprio desmantelo.

Se o campo de concentração de Auschwitz, como tantos outros criados durante a Segunda Guerra, é considerado por Giorgio Agamben um dos maiores

exemplos da racionalidade política, administrativa e jurídica do ocidente, a ideia de progresso, que também é uma criação ocidental, não consiste em outro modo de agressão à vida humana diferente desse. Walter Benjamin, o filósofo alemão que influenciou Agamben a vislumbrar os parâmetros atuais sobre a ideia de estado de Exceção e da *vida nua*, já havia destacado a força catastrófica da tempestade ruidosa que se alavancaria sobre a sociedade, sob o pretexto do famigerado avanço técnico.

Segundo Benjamin (1940), tal tempestade gera um amontoado de ruínas e o despojo que desnuda a vida são, para ele, os bens culturais de determinado grupo. Percebem-se, deste modo, semelhanças entre o pensamento do filósofo alemão e a reflexão de Dalcídio quando declara que “existe o progresso técnico, mas para destruir, para manter a exploração”³. Se a estética da ruína está diluída na linguagem literária dalcidiana, conforme já constataram alguns estudiosos de sua obra, como Marli Tereza Furtado e Pedro Maligo, existe, por tabela, na escrita do autor, um apelo à sobrevivência e à resistência, mediante o constante assombro da violência contra a existência humana. Deste modo, observa-se que a narrativa dalcidiana, referendando uma expressão de Walter Benjamin muito apropriada ao contexto, “escova a história a contrapelo”, no momento em que nos demonstra em um ciclo de dez romances, a desconstrução de uma cultura sob a construção de uma “tradição da voz do oprimido”.

A Amazônia sofreu e ainda resiste a uma catástrofe que se naturalizou e parece irremediável. O avanço da técnica no início do século XX, ou seja, o chamado progresso científico e tecnológico, que prometia trazer grandes transformações sociais, arremeteu descabros para a região e uma assoladora injustiça social que se camufla sob a majestosa pompa paisagística. O encantamento mitológico que a região provoca no imaginário, a grandiloquência das imagens e o terror sublime que a intempestividade da selva ainda é capaz de suscitar, ludibriar os olhares mais bem treinados para desvendar que, por detrás e nas entranhas de toda essa imensidão aquática e verde, houve e ainda há muito sofrimento humano, causado não por dificuldades que a natureza impõe, mas pela ganância do homem em relação ao que ela tem a oferecer. Esse conflito entre o

³ Em entrevista ao escritor Haroldo Maranhão, 1976.

encantamento e o desvelamento do drama real foi matéria-prima da produção literária sobre a Amazônia no século XX.

Nesse sentido, o escritor Dalcídio Jurandir, nascido e criado na região, na contramão da produção literária de sua época, descortinou um drama humano e existencial inigualável traduzido em uma técnica narrativa inovadora, ao explorar as angústias do depauperamento de uma cultura, ao inverter e subverter a ordem, visto que as questões vinculadas ao caráter majestoso e enriquecido da natureza local foram postas em uma pintura impressionista, em prol de destacar em fortes traços, o diálogo com uma problemática que metaforiza a ruína e as consequências de um ciclo econômico falido, e ao espelhar uma sociedade brasileira de desigualdades e estratificação social.

A questão do ciclo econômico da borracha refletido na obra de Dalcídio pode nos servir como metáfora do progresso técnico destruidor e exploratório, do qual menciona anteriormente, chamando atenção para os problemas implicadores na sociedade brasileira, relacionados à questão democrática. A propósito, em uma de suas obras, *Belém do Grão-Pará* (1957), a matéria histórica sobre o Ciclo Econômico da Borracha na Amazônia se apresenta de forma explícita e é um dos fios condutores do drama narrado. Ressalta-se que não se trata de um romance histórico, pois o que o escritor quer inferir ao usar esse fato marcante para a História socioeconômica da Amazônia é trazer à tona a discussão sobre a ideia de progresso tomando esse evento como metáfora da decadência. Sobre o projeto literário de Dalcídio, iremos discutir no próximo tópico, onde apresentaremos, em breves linhas, a vida e obra do escritor. O romance mencionado terá também um espaço para análise neste trabalho.

A era da Borracha⁴ (1879-1912) foi um dos episódios mais marcantes da história socioeconômica da Amazônia e um dos exemplos que correspondem a tais descrições. E foi essa promessa de riqueza que provocou o deslocamento de muitos estrangeiros e criou um movimento de emigração intenso no território brasileiro em busca do chamado *El Dorado*. Deste modo, a Amazônia se tornará uma espécie de

⁴ A Amazônia experienciou dois Ciclos da borracha. O primeiro no final do século XIX e o segundo no período entre 1942 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os seringais estiveram sob controle dos japoneses, com objetivo de produzir borracha para produção de armas.

grande “campo concentracionista” onde ninguém era obrigado a entrar, mas eram lá aprisionados com difíceis chances de sobrevivência.

A situação calamitosa das condições de trabalho era desumana e altamente exploratória, a ponto da preocupação com a vida e com o manter-se vivo a qualquer custo, se tornasse com o tempo, o principal objetivo da viagem. Nesse sentido, os fatores externos que motivaram o deslocamento são olvidados para dar espaço às estratégias de sobrevivência em um crescente sentimento de ameaça, de vontade de liberdade, de encurralamento, enfim, em uma condição de *vida nua* que caracteriza a ideia de campo quando a preocupação com o resistir reduz-se à vida biológica.

Ressalta-se que a comparação entre a Amazônia e Auschwitz não é, de modo algum, uma tentativa de igualar a gravidade e a intensidade dos fatos. O objetivo é esmiuçar os elementos de similaridade na constituição de um espaço de Exceção que tem como principal característica a questão da existência. Trata-se, sobretudo, do sentimento do esvaziamento de si, muito bem demonstrado por Primo Levi, em “É isto um homem?” (1958):

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo o que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará claro, então, o duplo significado da expressão ‘Campo de extermínio’, bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo (LEVI, 1988, p. 25).

Eutanázio, por exemplo, personagem protagonista de “Chove nos Campos de Cachoeira”, “tocou no fundo”. A expressão de Primo Levi se refere àqueles que não sobreviveram, não resistiram, ou seja, sucumbiram. O personagem de Dalcídio Jurandir é um homem fracassado. Embora não tenha sido privado bruscamente de sua liberdade para viver em cárcere, como podemos observar na experiência de Primo Levi, Eutanázio representa o espelho da *vida nua* do homem contemporâneo, que se arrasta na sobrevivência da opressão, do descaso, do abandono, da violação, do despojo.

Eutanázio é um ser atacado pelo sonambulismo, perdido em devaneios pela fadiga do seu penar, infame perambulante na suspensão do tempo e é movido por sentimentos conflitantes e confusos que se misturam entre a revolta, a indignação, a apatia, a ofensa. Muitas vezes o narrador o compara a seres abjetos como vermes, e em um dos seus momentos de reflexão sobre sua vida dolorosa, pensa que foi colocado para fora da barriga da sua mãe como um excremento, que ficara nela como uma tormentosa prisão de ventre de nove meses.

Tal condição de submissão vem de agentes opressores que nem ele próprio compreende, mas que sente sua condição de humanidade colocada a esmo. Eutanázio parece sem saída, demonstra-se, de alguma forma, encurralado dentro da impossibilidade de agir, e esse desnorteamento de sentido tem profunda ligação com situações traumáticas de alguma espécie de catástrofe ou condição de exceção. A declaração de um dos personagens, Dr. Campos, o juiz substituto, sobre “Cachoeira parecer não gostar de Eutanázio”, nos fornece a possível interpretação acerca da hostil relação entre Eutanázio e os campos de Cachoeira.

No mesmo romance em questão, outra personagem extremamente significativa para pensarmos a questão da Exceção e da *vida nua*, dialogando com a reflexão de Levi citada anteriormente, é Felícia. A menina de infância perdida, órfã, se abriga em um barraco caindo aos pedaços, mas encontra no uso do corpo seu meio de sobrevivência. Entenda-se sobrevivência, nesse contexto, em um nível mais extremo, pois a garota se entrega, sem critérios, em troca de comida, para sanar necessidades biológicas, para matar a fome. Felícia tem uma aparência grotesca, abjeta, está doente e parece não encontrar motivos nem meios para se tratar. É enganada por muitos, pois se não lhe pagam, lhe roubam dinheiro. Esse é um traço peculiar das situações de Exceção, a corrupção da dignidade como meio de sobrevivência, não há respeito, não há consideração, a solidariedade existe, mas é oscilante, sobressaltada. Felícia, como pensa o próprio Eutanázio, é como ele, “não tinha dentes, cheia de marcas de feridas, a miséria, os braços cheios de titingas, o sorriso morto” (JURANDIR, 2011, p. 103).

Os grandes eventos traumáticos do século XX, como a eclosão das guerras mundiais, conflitos armados de menor escala e, devemos considerar, já que estamos falando no assunto, o acirramento da invasão e exploração da Amazônia, redimensionaram o que até então se entendia como catástrofe, quanto aos

acontecimentos de causa natural e não controláveis pelo homem. Vista por outro ângulo, vemos que o alto índice de extermínio de vida humana consequência da violência bélica e do abuso de poder, fez com que a barbárie se tornasse uma condição da catástrofe.

Por que é importante entendermos esse parâmetro? Pelo fato de que a violência contemporânea e a banalização da vida humana, em detrimento dos interesses soberanos, se tornam cada vez mais comuns, fazendo com que a barbárie e a catástrofe possam ser observadas não só em fatos espetaculares e que atingem a todos como em um choque, mas, sobretudo, quando a violação de direitos em determinados contextos e situações da sociedade se torna uma regra. Nesse sentido, a reflexão de Tânia Sarmiento-Pantoja (2014), nos ajuda na busca de respostas para o trâmite existente entre esses dois elementos e as condições de Exceção do mundo moderno. Em sua análise sobre a catástrofe, conceito denominado por alguns estudiosos, como Renè Thom, enquanto um “fenômeno bem visível, de grande magnitude e com uma descontinuidade observável”, ela estabelece ressalvas para que a ideia de catástrofe não seja limitada a esse aspecto:

No entanto, penso que se trata de uma definição ainda limitada à possibilidade de que a catástrofe se estabeleça por conta de fenômenos ambientais de grande repercussão. Sabemos que a intervenção humana também é capaz de gerar catástrofes. Guerras, revoluções e conflitos armados podem apresentar impactos gigantescos sobre os serviços essenciais e o patrimônio material, ambiental e cultural. O concentracionismo, as perseguições e os massacres são igualmente grandes motivadores da dispersão humana e mesmo da extinção – não propriamente da espécie humana – mas de determinadas etnias, segmentos religiosos ou políticos. Em todo caso, a catástrofe sempre se encontra no interior da Exceção e por isso deve ser compreendida como a precipitação da experiência da norma e do familiar (SARMENTO-PANTOJA, 2014, p. 169).

Se a intervenção humana também é capaz de gerar catástrofes, como afirma a autora, consideramos, portanto, o histórico de violações e exposição ao extermínio humano na Amazônia, uma grande barbárie que vem sendo silenciosamente perpetrada há séculos. Nesse caso, temos uma visibilidade diferente de catástrofe, a perda da vida humana pelo flagelo da fome, pela escassez dos alimentos, pela poluição dos rios ou fim da agricultura de subsistência, pelos conflitos de latifúndio e

desmandos do coronelismo local, pelas perseguições e assassinatos de posseiros e ambientalistas, ou seja, consequências estas que têm como único interesse o domínio de poder, constituem uma espécie de campo de extermínio, um espaço de Exceção, visto que em um contexto como esse, a vida humana se coisifica tornando-se matável. Tais fatores exercem, em logo prazo, o extermínio e o esfacelamento de toda uma região, colocando em alto risco o seu patrimônio cultural.

Nesse aspecto, o escritor Dalcídio Jurandir e sua obra se tornam a mais importante referência na contribuição para o pensamento sobre a catástrofe amazônica. A propósito, o escritor nos demonstra uma noção clara do que é a barbárie e da capacidade que esta tem de reduzir o ser humano em artefato de guerra, como notamos na citação a seguir. O pensamento de Dalcídio explana uma consciência crítica sobre os acontecimentos atuais da sociedade e como a violência se alastra de forma contaminadora, ao apontar a estreita relação que a exploração e o despojamento das riquezas amazônicas tinham, por exemplo, na contribuição direta com a Segunda Guerra e o Holocausto judeu. Em artigo publicado no jornal o Estado do Pará, em 1939, sob o título de “Os viradores de madeira”⁵, Jurandir declara que:

O literato gran fino não entra nas ilhas para escrever suas páginas de antologia ou manufaturar romances de nome bonito, estilo engomado e capa imbecil. Os aviões exigem o suor dos caboclos das ilhas para servir a Hitler na sua histeria guerreira. [...] o trabalho humano é reduzido a simples instrumento de guerra (JURANDIR, 1939).

Em uma metáfora ácida, ele confronta os literatos “engomadinhos” que não se lançaram na desventura em descobrir que o sofrimento e a escravização da floresta e das pessoas que nela habitam, em prol de um progresso, não trazem benefícios em comum e vilipêndia quem precisa desse lugar como seu modo de vida e cultura. Observa-se que o ano de publicação do artigo é o mesmo da eclosão da Segunda Guerra na Europa, o que nos declara a lucidez do escritor paraense ao entender o acirramento das problemáticas sociais e humanas da Amazônia atreladas ao acontecimento da guerra. A histeria guerreira de Hitler é alimentada, portanto, pela

⁵ Este artigo foi consultado no acervo do autor, que foi doado para a Fundação Casa Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. As referências ao longo desse trabalho, em relação a textos avulsos (jornais, revistas, reportagens e entrevistas) tanto de autoria do escritor assim como a recepção crítica da sua obra, foram fruto dessa pesquisa de arquivo, realizada em 2016.

desumanização dos “caboclos das ilhas”, que se tornam coadjuvantes na indústria do extermínio. Se a borracha financiava a guerra, se o sangue desses seringueiros corroborava para a mortandade alheia, a Amazônia foi no mínimo um ponto de apoio da barbárie pela barbárie. Deste modo, a análise de Dalcídio nos serve como registro importante para demonstrar o olhar do escritor sobre a Amazônia no sentido desta, em seus acontecimentos internos, não estar alheia à catástrofe.

A linguagem jornalística do autor, mais crua, mais endurecida, muito se diferencia do estilo poético, encantador e da técnica literária do romancista, muito embora não deixe de tratar de temas inquietantes, buscando sempre a compreensão do que se passa na vida de quem vive o drama amazônico, drama esse que é também inerente a qualquer espaço acometido pela dolorosa vivência da barbárie.

Nesse sentido, observa-se, portanto, um traço peculiar na técnica narrativa dalcidiana dos romances, ou seja, o escritor, embora percebamos por meio de sua produção intelectual como um todo, conforme ilustrada anteriormente, sua forte veia crítica, enquanto romancista, não demonstra necessidade de descrever e expor os acontecimentos históricos que envolvem a sociedade de modo a protagonizá-los, até mesmo para não demarcar no tempo e no espaço suas obras. Ao contrário, o autor prefere narrar as inúmeras consequências sociais desses fatos, transformando-os na experiência de barbárie que pode estar em qualquer lugar e a qualquer momento centralizada na figura de quem mais sofre nesse processo: o ser humano. Barbárie é o caos nebuloso, é a situação extrema, o desconhecimento do outro, a inexistência da alteridade, espaço do bando, dos abandonados pela lei. Em um estado de barbárie, a vida não se reconhece como suprema e tudo vira risco, ameaça, escárnio, ódio e apatia, desamparo e violência extrema.

Deste modo, uma das chaves para a compreensão do universo de criação literária de Dalcídio está no limite que ultrapassa as fronteiras da Amazônia, para observá-la também extrinsecamente e com o olhar de quem testemunha o desmantelo de uma região, para traduzi-lo em sentimentos conflitantes e em crises de existência por meio dos seus personagens.

As consequências do que se tornou o progresso, em um animal feroz e devastador, já se mostra pela decadência na qual os personagens vivem e observam suas mazelas. Portanto, o alerta que existe na narrativa dalcidiana é que tudo pode piorar. Dalcídio constrói uma reflexão sólida sobre os problemas em

relação ao que ele denomina de progresso técnico, não a partir de conceituações e, vale ressaltar, se distanciando de um posicionamento panfletário. O escritor dá voz aqueles que mais sofrem nesse processo, tecendo na linguagem literária o grito do oprimido.

O filósofo Walter Benjamin em seu referendado texto “Sobre o conceito de História”, escrito em 1940, demonstrava fortes inquietações acerca do progresso, mais pontualmente, do que este iria se tornar. As previsões não eram muito animadoras. Contemporaneamente a Dalcídio Jurandir, tais reflexões coadunam em direção à preocupação com o futuro da humanidade. Coincidências à parte, a insistência do pensador alemão em relacionar o progresso técnico à ideia de ruína, mais uma vez, reforça o entrelaçamento incidental dos dois pensadores que, em diferentes linguagens, não se intimidaram em ressaltar o aspecto danoso do avanço da técnica para a humanidade, pois como foi dito anteriormente, a imagem da ruína é inerente à estética literária dalcidiana.

Portanto, o que Benjamin explana teoricamente, podemos, por outro lado, compreender na expressão da literatura do escritor paraense. Outro traço interessante, ainda em se tratando do encontro fortuito de pensamento entre esses dois autores, é a observação sobre o despojo relacionado à cultura. De um lado, Dalcídio constata a capacidade destrutiva e exploratória do progresso técnico e, como consequência, a mudança brusca dos costumes e do quadro cultural, de outro, Benjamin utiliza a noção do despojo. Sobre o despojo, a conceituação de Tânia Sarmiento-Pantoja (2014) se mostra bastante elucidativa e didática no que concerne ao fato de pensarmos nesse elemento dentro do arcabouço de possibilidades que caracterizam o estado de Exceção. O despojamento, como ela afirma, é a preparação para a morte:

Por isso, “despojar” é desapossar, despir, privar, roubar, saquear, pilhar. Transpor o outro para condição de coisa, bicho, objeto, constituindo uma ofensa desmedida à humanidade. Estar despojado é estar nu e desamparado. [...] O despojamento se faz presente não apenas no *estado de Exceção*, mas em toda *condição de Exceção* em que as demandas sociais e materiais estão abraçadas à privação extrema ou quando a privação das demandas básicas para a existência estão, global ou parcialmente, ausentes. Ou quando, mesmo no estado de direito, há uma perversão ou um desvio da legalidade capaz de gerar máquinas concentracionárias, afinal o mundo concentracionário e suas máquinas de tortura e morte não se restringem aos restos de Auschwitz. Em verdade,

eles nos são mais familiares do que gostaríamos que fossem (SARMENTO-PANTOJA, 2014, p.173).

Uma ponderação se faz necessária nesse entremeio sobre a noção de despojamento. Embora a ideia pareça clara e visivelmente ligada às questões materiais mais fundamentais, tal processo revela na deformidade do ato, o martírio da ofensa e da vergonha, a propósito, sentimentos muito elencados por Primo Levi em sua narrativa testemunhal.

O sentir-se nu tem a ver com um estado de espírito, algo íntimo e identitário foi violado, roubado em sua cultura e sua crença, suas origens, e a angústia de se sentir deslocado e indiferente em prol de objetivos de outrem que, muitas vezes não se sabe da onde vem, faz com que os responsáveis, os algozes, geralmente passem despercebidos pela multidão. No entanto, embora tais descrições sejam mais coerentes com um regime autoritário, a opressão, também se observa em bases democráticas. Esse algoz, na sociedade contemporânea, na maioria das vezes com escusos interesses econômicos, tem o rosto do Estado de direito, entretanto, dadas as condições de pseudolegalidade de violação de direitos, ou seja, quando a Exceção se torna uma regra, a catástrofe da condição desumana naturaliza-se, pois é como se os acontecimentos danosos ocorressem dentro da normalidade, em um parâmetro de exclusão. Nesta direção, complemento o raciocínio com o pertinente apontamento de Tânia Sarmiento-Pantoja:

O ser humano em condições de Exceção também está sujeito a um destino de refugio e opróbio. O corpo de cada ser humano atingido pela condição de Exceção também pode projetar uma memória da ofensa tal como acontece no estado de Exceção. Nesse sentido, a catástrofe é também uma presença na condição de Exceção. Há situações, porém, por exemplo, a favelização de algumas comunidades ou experiências de profunda insegurança alimentar, que a vida virada do avesso, precipitada, tão própria da catástrofe, se torna naturalizada (SARMENTO-PANTOJA, 2014, p. 173-174).

Nesse sentido, tal indivíduo contemporâneo é uma vítima invisível do simbólico campo de concentração da modernidade pós-Auschwitz e, como um ser desprovido de humanidade, está passível de ser eliminado a qualquer momento, por qualquer um, pois está abandonado pelo Estado, está alheio à ordem jurídica, embora seja prejudicado por ela, se encontra na condição de indigente, um meio

homem, meio bicho, dubitável humano. E se o corpo torturado emana essa memória da ofensa, nos textos literários, como podemos observar na obra de Dalcídio Jurandir, por exemplo, ele se manifesta na estética do grotesco, pois a deformidade do corpo nos revela, nesse caso, uma disformidade social geradora de exclusão, miséria humana e sofrimento.

Voltemos à literatura. Como é possível, deste modo, pensarmos nas implicações existentes na experiência concentracionária de Auschwitz e transpô-la como vivência cotidiana de Exceção para as situações contemporâneas? A reflexão acerca da trajetória do projeto civilizatório na Amazônia pode ser um amplo exemplo. E como sugere o termo processo, algo em longo prazo, aos poucos, que cria inúmeras consequências desastrosas para a cultura e para o ser humano.

Portanto, o Ciclo do Extremo Norte, projeto literário de Dalcídio Jurandir, nos dá a forte impressão da calamidade que se constitui no espaçamento do tempo, que culmina com a naturalização da catástrofe e na ausência de responsabilidade. Afinal, quem são os responsáveis? Tais fatores provocam o esvaziamento da condição de humanidade desse local e de tantos outros que se assemelham a essa configuração. O sonho do dito desenvolvimento para a Amazônia se tornou um pesadelo latente, reduzido e submetido à lógica da produção e do consumo, da inclusão e da exclusão e do desrespeito pelas camadas sociais mais pobres. Essas questões podem ser interpretadas na obra dalcidiana, ora mais explícitas como em “Marajó” (1948), a exemplo dos conflitos de terra, e em “Belém do Grão-Pará” (1960), com a derrocada do Ciclo da Borracha. No mais, a obra de Dalcídio Jurandir nos passa a mensagem de que tudo é sofrimento e nos deixa perceber o constante assombro da impossibilidade de viver no mundo tal qual ele se apresenta.

O recorte histórico anteriormente abordado acerca da era da borracha na Amazônia, com enfoque para o martírio do trabalho dos seringais, foi apenas um dos capítulos polêmicos da exploração do território no século XIX, e talvez o de maior relevância de que se tem conhecimento. No entanto, a analogia desses diferentes “campos de extermínio” e sobrevivência, parece ainda precisar de algo mais consistente que esclareça tal semelhança. O estudo de Giorgio Agamben sobre o estado de Exceção e o seu pensamento sobre o campo ser o “*nómos* do moderno”, amplia as possibilidades de interpretação e identificação do que seja realmente um

campo. Segundo Miguel Godoy, a produção de *vida nua* se alastra para várias possibilidades cotidianas:

O Campo entendido como espaço permanente de Exceção, local no qual a ordem jurídica não vale, inaugura o espaço onde tudo é possível. Nesse sentido, os Campos não se resumem à experiência nazista da Segunda Guerra Mundial. Ao contrário, não param de surgir em todos os cantos e rincões do globo como depósitos de lixo, do refugio humano produzido pela economia neoliberal globalizada que já não consegue reciclar ou enviar esse excedente populacional para outras áreas. Nesses novos Campos (campos de refugiados, zonas de detenção, favelas, guetos, etc.) a lei é válida, mas não se aplica (GODOY, 2012, p. 151.).

A partir das ponderações de Godoy, nos colocaremos, portanto, diante dos questionamentos de Agamben sobre a questão, quando nos atenta para o seguinte ponto: não foram as experiências concentracionárias, como as que fizeram os nazistas, que definem o conceito de campo, mas as circunstâncias que levam a sua criação e, sobretudo, na produção de *vida nua* dele surgida. Deste modo, o filósofo italiano nos chama à seguinte reflexão:

Ao invés de deduzir a definição do campo a partir dos eventos que aí se desenrolaram [se refere a Auschwitz], nos perguntaremos antes: o que é um campo, qual a sua estrutura jurídico-política, por que semelhantes eventos aí puderam ter lugar? Isto nos levará a olhar o campo não como um fato histórico e uma anomalia pertencente ao passado (mesmo que, eventualmente, ainda verificável), mas, de algum modo, como a matriz oculta, o *nómos* do espaço político em que ainda vivemos (AGAMBEN, 2010, p. 162).

A Exceção, ou seja, a medida arbitrária e invasiva do direito, que inclui pela exclusão, culminando na eliminação, abre uma enorme fresta para a prática da barbárie e, conseqüentemente, para uma produção de *vida nua* em larga escala. Se onde há *vida nua* há Exceção; é nesse sentido que esses espaços, esses dois exemplos de campos de extermínio em paralelo, caracterizam-se catástrofes, visto que desordenam a vida e o cotidiano, estremecem as perspectivas de futuro e são ambos geradores de angústias, de medo, de desamparo e de sofrimento.

No entanto, esse quadro crítico de humanidade vulnerável tem se tornado regra na sociedade moderna e é neste sentido que Giorgio Agamben problematiza o conceito de estado de Exceção, ao observar que contextos como esse são cada vez mais comuns no seio das democracias. Portanto, em outras palavras, Auschwitz se

reproduz como um modelo, e como um camaleão que muda de cor de acordo com as circunstâncias, está à vista, mas ninguém vê. Utilizamos um apontamento de Agamben para reforçar existência dessas metamorfoses da Exceção na contemporaneidade:

O nascimento do campo em nosso tempo surge então, nesta perspectiva, como um evento que marca de modo decisivo o próprio espaço político da modernidade. [...] o campo é o novo regulador oculto da inscrição da vida no ordenamento – ou, antes, o sinal da impossibilidade do sistema de funcionar sem transformar-se em uma máquina letal (AGAMBEN, 2010, p. 170).

No âmbito teórico, o pensamento de Agamben nos conduz ao esclarecimento sobre as novas perspectivas acerca da Exceção e da *vida nua* e para a abertura de um novo olhar, mediante esse parâmetro, voltado aos problemas que envolvem os “campos” da Amazônia. O que nos facilita compreender, portanto, tal comparação que engendramos no início? As diferentes interpretações sobre a relação entre barbárie, catástrofe e Exceção são observadas e problematizadas a partir das narrativas literárias que dialogam em diversificados níveis de intensidade com alguma situação ou evento traumático provocado por ato violento.

Portanto, são nas manifestações artísticas, sobretudo na escrita literária, que encontramos o auxílio importante para compreender as consequências da *vida nua*, a partir de narrativas que perscrutam a alma humana em sua experiência cotidiana com a violência física e moral, nos seus sonhos desmoronados, e no que há de mais grotesco nas injustiças sociais, no aniquilamento da cultura, nos cenários de decadência, na decrepitude do ser. Estes elementos reunidos na elaboração artística tornam possível o desvendamento mais profundo das questões que ultrapassam o simples relato histórico do fato.

Pensar a Amazônia como um campo de extermínio do homem e de sua cultura, e como um espaço para problematizar questões sociais, não foi a especialidade, o interesse, nem a preferência de muitos literatos, com especial destaque para os escritores, que quiseram colocá-la como pano de fundo e até mesmo como a protagonista dos seus romances. A maioria das obras em que a selva ganha destaque, normalmente a questão idílica prevalece, dificultando, muitas vezes, a abertura para uma reflexão de questões mais sociais e existenciais.

O drama do seringueiro foi o tema mais frequente sobre a Amazônia na literatura e o que mais se aproximou de uma reflexão social, anteriormente a Dalcídio Jurandir. A natureza enquanto a personagem majestosa, exótica, fértil e ao mesmo tempo a vilã infernal, se tornou a dicotomia base para romances referendados como “Seiva” (1937), de Osvaldo Orico, “A selva” (1930), de Ferreira de Castro e o bastante conhecido livro de contos de Alberto Rangel, “Inferno verde” (1908), são obras que seguem esses parâmetros e, de alguma forma, reforçam o estereótipo da natureza em revanchismo.

A distinção feita por Amarilis Tupiassu sobre a ideia de Amazônia mítica e real, ilustra tal embate e, de alguma forma, descreve o pensamento que perambula, a nosso ver, como predominante, e não se restringe a um posicionamento apenas do estrangeiro de outros países, mas dos nossos próprios “estrangeiros estranhos” e distantes da procura pelo íntimo social da Amazônia. Reflete Amaralis Tupiassu (2005):

[...] a imagem de “outro planeta” perdura e arregimenta todos os sentidos da estranheza, contrariedade, alguns antigos, desbotados e ainda em voga, desde as incursões do europeu colonizador. Amazônia, terra sem fim, e do sem termo. Bojo de fatura e esquisitices. Representação do inóspito e do hostil, concluem os que espreitam de fora, os que não se sentem parte de, o adventício passageiro, o casual, que não compartilha verdadeiramente de, desde as andanças remotas do que se determinou o civilizador e dispôs as tramas do poder para submeter sua população e lusitanizá-la, sob as bênçãos do bem, na perspectiva da moral cristã, dona do sim e do não, contra o mal, cuja encarnação eram os índios (TUPIASSU, 2005, p. 300).

A relação de admiração e rejeição com a natureza, aspecto impregnado desde a crônica dos viajantes do século XVII, ainda contamina o imaginário literário em diversos níveis, como já foi citado. Dizer e reconhecer que a Amazônia não é só beleza, mas também fúria indevassável de suas intempéries, não convence e nem é o bastante para contribuir em uma visão crítica da condição sub-humana a qual vive a população amazônica. Essa é uma constatação óbvia. A abordagem naturalista, do escritor Inglês de Souza, uma das principais referências da produção literária sobre a Amazônia, tangenciou a esse aspecto. Em seus livros, “História de um pescador” (1876), “O missionário” (1891) e “Contos Amazônicos” (1892), por exemplo, o autor procurou mapear cenas do cotidiano em um caráter descritivo e antropológico. A importância da obra de Inglês de Souza, embora não tenha nela

problematizado com profundidade uma visão crítica sobre os embates políticos e sociais norteadores, consiste em torno das situações e da abordagem sobre o modo de vida da região, da cultura e das pessoas que nela habitam, além das questões que ressaltam a existência de uma sociedade naquele lugar, chamando a atenção para a vida que ali vigora e precisa ser respeitada, simplesmente, porque é vida pulsante.

A Amazônia perpassou por muitos olhares de criação e por diferentes interpretações, desde que foi inserida no universo ficcional, mas é na obra do paraense Dalcídio Jurandir que a faceta mais obscura dos dramas humanos e tudo que nele envolve de mais detalhadamente corriqueiro, se constrói em uma perspectiva mais dolorosamente humana, atual e sob influência política. A propósito, outra questão a ser observada, é em relação à compreensão e à interpretação da produção literária sobre a Amazônia. Ressalta-se que o objetivo ao se tratar desse aspecto não é pensar em partidarismos, julgar linhas de pensamento e predileções de foco de pesquisa. No entanto, é inevitável e inegável o aspecto prevalente na obra de Dalcídio, de uma visão crítica e não romantizada de tudo o que concerne a Amazônia.

Dalcídio Jurandir, aos olhos da crítica e pelos inúmeros trabalhos surgidos acerca de sua obra, é estimado o escritor mais significativo perante essa abordagem, como destacou, na década de 1980, o renomado crítico literário Temístocles Linhares, ao denomina-lo como “um romancista de verdade, autor de dez romances” (LINHARES, 1987, p. 399). A peremptória observação do crítico se deve ao seu estudo minucioso acerca da produção literária sobre Amazônia e à leitura ampla e convincente que demonstra ter das onze obras do escritor paraense. Linhares observa com destreza o mote impulsionador e diferenciador da criação dalcidiana:

O seu mundo era um só: o do homem, que se justapunha a qualquer um desses patamares [refere-se à abordagem sobre a natureza amazônica grandiosa], os pés bem plantados na terra, é certo, mas voltado mais para os seus problemas, os seus sofrimentos, as suas dores, as suas disputas, fazendo o seu primeiro romance, por exemplo, Chove nos Campos de Cachoeira, concentrar-se mais em sua decadência física e moral, contra a qual a natureza limitava-se a abater-se também, seguramente, mas sem a sua causa primordial (LINHARES, 1987, p. 401).

Linhares exalta a distinção de Dalcídio aos outros autores que trabalharam a Amazônia na literatura e já acenava para o perigo dos problemas expostos na obra do escritor ainda herdarem equivocadamente os resquícios da ideia de “inferno verde” aliada ao pensamento “do triunfo da natureza sobre o homem”. No entanto, o crítico tropeça nas próprias argumentações quando não resiste em palpitar que a natureza contribuía de certo modo com sua maldade para criar o ambiente psicológico. Ora, sabemos que a construção do ambiente psicológico é um dos traços mais caros e importantes na compreensão do universo dalcidiano. Para Dalcídio, certamente não é a natureza que é má com o homem, mas o contrário.

Na obra de Dalcídio, a natureza apenas segue seu curso. Nessa direção e mais sintonizados com o pensamento do escritor marajorara, trabalhos importantes e considerados como referência são o de Marli Furtado, que tem um estudo extenso sobre sua obra, no qual reflete a ideia de “universo derruído”, a tese de doutorado de José Allonso Torres e um olhar modesto, mas denso, de Pedro Maligo. Os três últimos autores fortalecem a ideia da ruína na obra dalcidiana, que é o que mais compreende o denso drama humano que permeia todo o ciclo romanesco.

Marli Furtado, Pedro Maligo e Allonso Torres contribuem de modo fundamental ao refletirem sobre o conceito de ruína, fortalecendo, deste modo, a preponderância do seu aspecto social e distanciando-a de olhares idealizados acerca da representatividade amazônica na literatura. No entanto, os estudos dos críticos em questão, perpassam e se concentram em grande parte pela análise literária, ou seja, em interpretar seus elementos de construção narrativa, mais focada em personagens, enredo, espaço, tempo e narrador. De fato, são aspectos importantes porque nos esclarecem de forma enriquecedora a elaboração ficcional do contexto social a partir da peculiaridade dos personagens.

Por outro lado, o projeto literário de Dalcídio ainda precisa ser mais bem explorado em se tratando do parâmetro estético da ruína. O que representa a ruína e quem a provoca? Os escombros, a casa desmantelada que a representa não seria uma forma de despojo da vida humana, a destruição da cultura, uma forma de barbárie? Questões essas que, evidentemente, carecem de repostas mais contundentes. Para isso, é necessário desromantizar ainda mais a Amazônia, devemos olhá-la com mais crueldade e desromantizar, inclusive, a própria obra do autor, que ao nos inebriar com um estilo literário pautado na construção de imagens

e em uma poesia sinestésica, demonstra o sofrimento humano em um movimento natural que escorre da beleza melancólica da dor ou em situações tragicômicas.

Além da estética do grotesco, aspecto já observado na obra do escritor⁶, endossando esse caráter imagético, podemos ainda interpretar a construção da narrativa sob o viés do sublime, ou seja, Dalcídio consegue expressar o horror em uma linguagem repleta de beleza, não no sentido de idealização do objeto, de acordo com o que prega o Renascentismo. Há duas importantes visões sobre o sublime⁷, a de Edmund Burke e a de Moses Mendelssohn, ambos os pensadores do século XVIII. Para o primeiro, é como um sentimento que nasce da dor e do perigo, e é despertado por fatos reais ou que sejam representados de modo extremamente realistas, enquanto que para o segundo, o sublime representa o grau mais elevado do poético.

Refletindo tais conceituações para adentrar na compreensão da estética narrativa dalcidiana, podemos dizer que ela dialoga com o sublime no sentido de construir o horror em um nível elevado de poesia. Essa noção é interessante para o entendimento da própria concepção de ruína ligada à ideia tanto do sublime quanto do grotesco, do inominável, do incompreensível, do misterioso, do chocante. Essas características perpassam pelo simbolismo do corpo torturado, decrépito, algo constante nas narrativas do escritor e, em se tratando do romance “Chove nos Campos de Cachoeira”, mais especificamente as características de Eutanázio, Felícia e as feridas incuráveis de Alfredo.

Portanto, se o ciclo romanesco de Dalcídio Jurandir alude à arquitetura da ruína da Amazônia, o que ainda se precisa pensar é na sua obra como uma memória incontestável da *vida nua*, das consequências da ausência de direito, do descaso do Estado – que não significa necessariamente da falta de poder – da precária dignidade, da construção ficcional de um espaço de Exceção onde se morre banalmente de fome, de inanição, de abandono, ou seja, nessas e em outras variadas formas de violência e, sobretudo, da violência contra a paz e o bem comum.

⁶ Viviane Dantas Moraes, em dissertação de mestrado (2011), analisou a estética do grotesco nos romances “Chove nos Campos de Cachoeira” e “Três Casas e um Rio”.

⁷ Referência do texto de Márcio Selligman-Silva “Do delicioso horror sublime ao abjeto e à escritura do corpo”. In: **O local da diferença**. Ensaios sobre memória, literatura e tradução (2005).

Em um dos romances do Ciclo, “Belém do Grão-Pará” (1960), o desabafo de um dos personagens, o Sr. Virgílio, ilustra os desencantos com os rumos da política. Em um dos extensos monólogos interiores, técnica que o escritor tornou peculiar em suas obras e que exerce um efeito esclarecedor sobre as consequências existenciais da atmosfera social decadente, Virgílio reflete que “o Norte era a região mais enfeitada do país. E a época das vacas gordas na Amazônia, não voltaria nunca mais. Adeus borracha, adeus mercado” (JURANDIR, 2004, p. 221). O lamento do personagem destaca bem o fato da rejeição, do esquecimento, da ausência de um olhar que socorresse essas pessoas e as tirasse do vazio.

Esse sentimento de solidão e de abandono transcorre de forma crescente no ciclo romanesco dalcidiano. O desamparo aguçado pelo esvaziamento de direitos resvala para uma vulnerabilidade da vida que é exposta à escassez dos recursos mais básicos para sua dignidade, como alimento, moradia, educação. Esse contexto muitas vezes é declarado explicitamente e em tom revoltoso pela fala de algum personagem, mas é, sobretudo, na angústia deles, que tentam entender e sobreviver às amarguras desse conflito social, a forma mais latente de perceber as questões sensíveis que tornam a vida tão sacrificante.

A propósito da obra em questão, chamamos a atenção para um dos aspectos que tornam a percepção de Dalcídio Jurandir bem particular ao se tratar da Amazônia literária. O romance “Belém do Grão-Pará” (1960) traça um diálogo com a decadência e falência do Ciclo da Borracha na Amazônia no final do século XIX. Ou seja, enquanto a maioria dos escritores de sua época e os anteriores a ele se detiveram em narrar o terrível drama dos seringais, Dalcídio Jurandir desenha o Ciclo da Borracha em Belém, com outras tintas, desvelando as consequências sociais, culturais e humanas que a falência do projeto econômico trouxe para a região.

Nesse sentido, a história da borracha na escrita dalcidiana, embora o foco principal não seja falar sobre a decadência do ciclo, mas de suas consequências, adquire uma força atual ao tornar visível e problematizar a incoerência entre o contraste do embelezamento que o progresso proporcionou, devido à influência da *belle époque*, e as desigualdades sociais geradas com a derrocada do ciclo, além do surgimento de uma nova população que emigrou em busca do látex, como se fosse ouro, e ficou perambulando sem rumo, após o triste desfecho da empreitada.

Aliás, a sublime arquitetura da *belle époque* deixa seus lastros de barbárie. É a metáfora do despojo, da ruína. O triste legado de desastres humanos e socioeconômicos da borracha deixou um vazio do fim como a abertura dos portões de Auschwitz. Para onde ir? O que fazer? A liberdade de estar no mundo após tanta ofensa à dignidade parece não fazer sentido. O que resta dos campos? Quanto à Amazônia, na literatura, existe uma antes, e outra após Dalcídio Jurandir. Um dos fortes aspectos da Exceção e da *vida nua* é a resistência, a sobrevivência. Alfredo, personagem-chave do Ciclo do Extremo Norte, presença constante e indispensável nos dez romances do escritor, nos conduz em uma teia de reflexões sobre a vida humana, sobre a existência, o desamparo, a miséria, a morte, e nos oferece um testemunho da tragédia na vida amazônica que pode ser a de todo e a de qualquer campo da *vida nua*.

Portanto, se o campo de concentração nazista foi um espaço pensado racionalmente e meticulosamente, os “campos de concentração” do cotidiano que se formam desordenada e contingencialmente, não são percebidos com incômodo, observados e muito menos constatados, visto que se naturalizam, tornando-se, assim, não menos absurdos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GODOY, Gualano Miguel. **Estado de Exceção e refugo humano**: o campo e as vidas desperdiçadas. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/15341>>. Acesso em: 08 set. 2017.

JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão-Pará**. Belém: EDUFPA, 2004.

_____. **Chove nos Campos de Cachoeira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988

LINHARES, Temístocles. **História crítica do romance brasileiro**. São Paulo: Edusp, 1987.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia. Catástrofe: manual do usuário. In: SARMENTO-PANTOJA, Augusto; SARMENTO-PANTOJA, Tânia, UMBACH, Rosani (Org). **Estudos de Literatura de Resistência**. São Paulo: Pontes, 2014.

Artigo recebido em: 08/09/2017

Artigo aprovado em: 11/12/2017

Artigo publicado em: 18/12/2017